

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: discussões teóricas e perspectivas de estudos futuros sobre o tema

ERIKA MAYUMI KATO CRUZ

JOÃO LUIZ PASSADOR

Resumo

O federalismo competitivo, instaurado pela descentralização do Estado brasileiro, resultou em uma necessidade maior dos entes federados de buscarem conjuntas, como ocorre no contexto dos consórcios intermunicipais. Trata-se, assim, de um arranjo que contribui para que os municípios consigam lidar com os desafios de gestão. O presente estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre consórcios intermunicipais de 2011 a 2021. De cunho qualitativo, utilizou como método de coleta e análise de dados a Revisão Sistemática Integrativa (RSI). Os resultados apontam que, no Brasil tem destaque os estudos de consórcios intermunicipais de saúde e de resíduos sólidos, assim como a predominância de pesquisas qualitativas e a abordagem de redes, por meio da análise de casos. Na literatura internacional, por sua vez, há maior realce de estudos quantitativos com olhar para a análise de resultados econômicos em bases de dados e a abordagem de Ação Coletiva Institucional (ACI). Apesar da existência de certas divergências entre a literatura nacional e internacional nos estudos sobre consórcios intermunicipais, semelhanças são percebidas quanto a relevância das pesquisas sobre o tema no que tange a melhoria da gestão dos entes federados e coordenação federativa em geral, assim como para o estabelecimento de agendas políticas e de pesquisa.

Palavras Chave

Consórcios Intermunicipais, Revisão Sistemática e Integrativa (RSI), Método InOrdinatio

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: discussões teóricas e perspectivas de estudos futuros sobre o tema

INTRODUÇÃO

O federalismo competitivo, instaurado pela descentralização do Estado brasileiro, de fato, resultou em uma necessidade maior dos entes federados de buscarem ações verticais (entre União, estados e municípios) e/ou horizontais (entre estados ou entre municípios) (Rocha, 2016). Na visão de Rocha (2016), no caso dos municípios, um dos principais fatores que instigam tal ação é a sua precariedade técnica, administrativa e financeira.

Nesse contexto, os consórcios intermunicipais surgem como um modelo de cooperação federativa horizontal,

pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos (Brasil, 2007, sp).

O crescimento mais expressivo desse modelo de cooperação ocorreu a partir dos anos 90, impulsionado pela assunção de novas responsabilidades (descentralização), fragmentação dos municípios (Linhares, Messenberg & Ferreira, 2017) e surgimento da lei de contratação de consórcios públicos (Lei 11.107/2005). Considerada um marco, a presente lei regulamenta a contratação dos consórcios intermunicipais e foi fundamental para sua difusão.

Para Borba e Oliveira (2020), os consórcios intermunicipais consistem em um modelo de redes de cooperação intermunicipais, cuja vantagem principal envolve a atuação conjunta dos municípios para resolver problemas que individualmente seriam difíceis de lidar. Trata-se, assim, de um instrumento de coordenação que contribui para os entes federativos no sentido de melhor lidar com os seus desafios de gestão, o que levanta a necessidade e importância do estudo do tema no que diz respeito ao estabelecimento de agendas políticas e de pesquisa no Brasil (Leal et. al., 2019).

Logo, o presente estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre consórcios intermunicipais de 2011 a 2021. Para tanto, seguiu os objetivos específicos: (1) Apresentar a evolução da produção científica acerca da temática; (2) Apresentar as revistas e os autores com mais publicações sobre a temática; (3) Apresentar e discutir os 10 artigos com mais citações sobre a temática e; (4) Propor agenda e sugestões de pesquisas futuras.

O artigo, assim, tem início com a presente introdução com vista a contextualizar o tema; na sequência traz a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, bem como os procedimentos de coleta de dados; em seguida discute e análise os principais resultados levantados e, por fim; apresenta as considerações finais e uma agenda de pesquisas futuras sobre o tema.

METODOLOGIA

O presente estudo, de cunho teórico e qualitativo, teve como método de coleta e análise de dados, a Revisão Sistemática Integrativa (RSI), alinhada a visão de De-

La-Torre-Ugarte, Takahashi e Bertolozzi (2011) que propõem o uso de métodos explícitos e sistematizados de busca como forma adequada de realizar estudos desse tipo.

Para Souza, Silva e Carvalho (2010) tal proposta de estudo teórico proporciona, assim, além de síntese de conhecimento, a verificação de convergência e divergência dos achados, contribuindo para análises comparativas e levantamento de *gaps* na literatura.

Para a realização da presente pesquisa os autores realizaram um levantamento prévio das bases de dados nacionais com vista a identificar uma que pudesse contribuir melhor com as análises; optou-se pelo Portal Capes, pois consistiu na base que apresentou mais resultados. De forma complementar, considerando abarcar a literatura internacional optou-se pela base de dados Web of Science dada sua profundidade e qualidade (Chandegani et al., 2013).

Seguindo o protocolo da RSI, os *strings* de busca para o levantamento da literatura foi: (1) Portal Capes: “consorcio* intermunicipa*”, “cooperaç* intermunicipa*”, “consorcio* intergovernamenta*” e “cooperaç* intergovernamenta*” e; (2) Web of Science: “*municipal consorti*”, “*municipal collaboration” e “*municipal cooperation”.

Para a rodada inicial de busca foi considerada pesquisa em título, documento do tipo artigo científico, período de 2010 a 2021 e idiomas português e inglês. Com relação aos critérios de exclusão foram considerados artigos repetidos e não relacionados ao tema.

Para a classificação dos artigos mais relevantes, seguindo a proposta de uso de instrumentos explícitos e sistematizados de De-La-Torre-Ugarte, Takahashi & Bertolozzi (2011) optou-se pelo uso do Método *InOrdinatio* (Pagani, Kovaleski & Resende, 2017), que considera, para cálculo do índice, fator de impacto da revista, ano de publicação da pesquisa e número de citações, sob a equação “ $InOrdinatio = \left(\frac{IF}{1000}\right) + \alpha * [10 - (\text{Ano da Pesquisa} - \text{Ano da Publicação})] + (\sum ci)$ ” (Pagani, Kovaleski & Resende, 2017).

Uma vez aplicada a equação *InOrdinatio* nas duas bases de dados em análise, destacou-se os 10 artigos com maior índice para a análise final. A sequência de etapas considerada para o levantamento final dos artigos analisados segue na Figura 1.

Figura 1 – Levantamento dos artigos pela RSI

TERMOS PESQUISADOS Período: 2011 - 2021 Documento: título; artigo Idioma: português e inglês	
PORTAL CAPES consorcio* intermunicipa*: 26 cooperaç* intermunicipa*: 25 consorcio* intergovernamenta*: 7 cooperaç* intergovernamenta*: 17 TOTAL: 75	WEB OF SCIENCE *municipal consorti*: 36 *municipal collaboration: 22 *municipal cooperation: 102 TOTAL: 160
EXCLUSÃO	
PORTAL CAPES Repetidos: 32 Outros temas: 2 TOTAL: 41	WEB OF SCIENCE Outros idiomas: 29 Outros temas: 22 TOTAL: 109
MÉTODO INORDINATIO 10 artigos com maior índice	
Apresentação e análise dos artigos mais relevantes: nacional (Portal Capes) e internacional (Web of Science)	Apresentação dos artigos de acordo com a evolução
	Apresentação dos artigos mais relevantes: autores, revistas e instituições
	Análise comparativa e qualitativa dos 10 artigos com maior índice InOrdinatio
	Proposta de agenda de pesquisa sobre consórcios intermunicipais

Fonte: elaborado pelos autores

Por fim, para análise dos achados optou-se pela análise de conteúdo dos artigos levantados, bem como discussão de convergências e divergências, com vista a apresentar uma visão geral sobre o tema consórcios intermunicipais, tanto na literatura nacional, quanto internacional, bem como levantar possibilidades de estudos futuros sobre o tema.

DISCUSSÃO

Para análise dos resultados os autores optaram primeiramente pelo levantamento em separado das duas bases de dados, com o intuito de proporcionar uma visão geral das literaturas nacional (Portal Capes) e internacional (Web of Science) com base em: (1) levantamento inicial referente a quantidade de publicações por ano, por pesquisador e universidade vinculada, e por revista; (2) apresentação dos 10 artigos com maior índice *InOrdinatio* e; (3) descrição dos artigos quanto autores, título, revista, ano, objetivo, metodologia e contribuição.

Considerando a base de dados do Portal Capes e a distribuição dos artigos por ano nota-se que não há maior concentração em um período em específico: 2011 (3), 2012 (4), 2013 (5), 2014 (4), 2015 (1), 2016 (8), 2017 (1), 2018 (6), 2019 (3) e 2020 (6).

Com relação aos autores e escolas com maior número de publicações tem destaque Fernando Luiz Abrucio e Eduardo José Grin da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP), Eliane Salete Filippim da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Lizandro Lui da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EPPG) e Letícia Maria Schabbach da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), todos com duas publicações cada.

Com relação as revistas destaque se faz a Revista de Administração Pública (Rio de Janeiro) com 9 publicações sobre consórcios intermunicipais, na sequência a revista Redes (Santa Cruz do Sul, Brasil), com 3 publicações e, por fim, com duas publicações cada, as revistas: do Serviço Público, Saúde e Sociedade e Brasileira de Gestão Urbana (Urbe).

Na sequência, considerando a equação *Inordinatio* e a apresentação dos 10 artigos com maior índice no Portal Capes, nota-se que o valor do índice variou de 80 a 100 conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Equação *Inordinatio* no Portal Capes (Destaque)

Ranking	Autores	Artigo	Ano	InOrdinatio
1	Ventura, K., & Suquisaqui, A.	Aplicação de ferramentas SWOT e 5W2H para análise de consórcios intermunicipais de resíduos sólidos urbanos	2020	100,00
2	Fernandes, A., Pinheiro, L., Nascimento, A., & Grin, E.	Uma análise dos consórcios intermunicipais para serviços de tratamento de resíduos sólidos a partir da ação coletiva institucional	2020	93,00
3	Lui, L., Schabbach, L. M., & Nora, C. R. D.	Regionalização da saúde e cooperação federativa no Brasil: o papel dos consórcios intermunicipais	2020	90,00
4	Lui, L., & Schabbach, L.	Cooperação intergovernamental e consórcios públicos: Uma análise da celebração de convênios	2020	90,00
5	Silva, D., Silvestre, H., & Embalo, A.	A cooperacao intermunicipal no Brasil: O caso dos consorcios de residuos solidos	2020	90,00
6	Tachizawa, T., Onofre, S., Picchiai, D., & Oliveira, L.	Gestão de recursos hídricos em cenário de consórcio intermunicipal: efeitos nas microempresas	2020	90,00
7	Grin, E., & Abrucio, F.	Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: Arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais	2018	88,00
8	Leal, E.; Silva, F., Oliveira, S., Pacheco, H., Santos, F., & Gurgel Júnior, G.	Razões para a expansão de consórcios intermunicipais de saúde em Pernambuco: Percepção dos gestores estaduais	2019	82,00
9	Almeida, F. & Silva, A.	Um Modelo Conceitual de Gestão da Informação em Rede de Cooperação de Consórcio Público Intermunicipal: Ferramentas de conformidade estatística e validação.	2019	81,00
10	Mendes, W., Mendes, W., Magalhães, F., & Horsth, T.	Consórcios intermunicipais de saúde: uma reflexão sobre a dicotomia entre administração pública e privada	2019	80,00

Fonte: elaborado pelos autores

Destaque se faz a artigos recentemente publicados (2018 a 2020) sob os temas consórcios intermunicipais de resíduos sólidos, de recursos hídricos e de saúde, assim como estudos que abordam os resultados e desafios proporcionados por estes tipos de arranjos, bem como análise de sua gestão.

Com vista a aprofundar a análise dos 10 artigos com maior índice, segue no Quadro 2 a descrição de cada um com base em autor, título, revista, ano, objetivo, metodologia e contribuição.

Quadro 2 – Apresentação dos artigos do Portal Capes (Destaque)

Autor/Artigo/Revista	Ano	Objetivo	Metodologia	Contribuição
Ventura, K., & Suquizaqui, A. Aplicação de ferramentas SWOT e 5W2H para análise de consórcios intermunicipais de resíduos sólidos urbanos Ambiente Construído	2020	Analisar as potencialidades e os desafios da implementação de consórcios intermunicipais para a gestão de resíduos sólidos urbanos	Caso, visita técnica a três consórcios públicos, análise documental e uso das ferramentas de gestão da qualidade SWOT e 5W2H.	Desafio: comprometimento insuficiente de administradores públicos para tornar participativa a gestão de consórcio. Por outro lado, a coletividade se beneficia quando há ações integradas, articulação intermunicipal, ganho financeiro e melhoria da capacidade técnica. Principal motivação: busca pelo fim dos lixões (instrumento legal) e melhoria da coleta e destino final. Os interesses político-administrativos podem extinguir os consórcios (se forem divergentes) ou enaltecê-los (se forem comuns).
Fernandes, A., Pinheiro, L., Nascimento, A., & Grin, E. Uma análise dos consórcios intermunicipais para serviços de tratamento de resíduos sólidos a partir da ação coletiva institucional Revista De Administração Pública (Rio De Janeiro)	2020	Analisar os fatores que influenciam os municípios em sua tomada de decisão sobre a prestação de serviços públicos de resíduos por meio de consórcios	Abordagem transversal aplicada a uma amostra de 963 municípios; perspectiva da Ação Coletiva Institucional; apoio de bases de dados; variável dependente – participação ou não do município em consórcios.	Política Nacional de Resíduos Sólidos resultou em demandas (desafios financeiros e técnicos). A cooperação intermunicipal no Brasil não tem natureza política, vem ao encontro da necessidade de atingir os objetivos traçados para as políticas públicas. A dinâmica política, econômica e social no país afeta sobremaneira os resultados.
Lui, L; Schabbach, L. M. & Dalla Nora, C. R. Regionalização da saúde e cooperação federativa no Brasil: o papel dos consórcios intermunicipais Ciência & Saude Coletiva	2020	Investigar como os consórcios públicos intermunicipais de saúde atuam no Brasil.	Pesquisa qualitativa do tipo análise documental sobre o conteúdo dos convênios celebrados entre os consórcios com a União, disponíveis no Portal da Transparência da União, no período de 1996 a 2016.	66% dos convênios: a aquisição de equipamentos hospitalares, a melhoria da estrutura física dos serviços de saúde e a compra de materiais permanentes; outros: construção de estruturas físicas e aquisição de unidades móveis. Atuação autônoma e desconectada de outras instâncias de gestão (ex: Coordenadorias Regionais de Saúde), gerando descompassos e sobreposições de atividades. Consórcios carecem de mecanismos que estimulem a participação e o controle social, aspectos inerentes e fundamentais para a consolidação do SUS.
Lui, L., & Schabbach, L. Cooperação intergovernamental e consórcios públicos: Uma análise da celebração de convênios Ciências Sociais UNISINOS	2020	Investigar de que forma os consórcios públicos intermunicipais estabelecem convênios com órgãos centrais de governo, a União e os estados.	Dados obtidos nos portais da transparência da União e de alguns governos estaduais (Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, São Paulo e Minas Gerais) - 2017.	Heterogeneidade na forma como se configurou a celebração de convênios entre consórcios e a União ao longo do tempo no Brasil (redução nos últimos anos). Atuação expressiva dos governos estaduais em alguns casos. Os convênios são voltados, em sua maioria, para necessidades da saúde, seguida por desenvolvimento rural e meio ambiente. Notória a influência do arcabouço institucional para desenvolvimento dos consórcios (segurança jurídica), destaque: lei dos consórcios. Enquanto a Região Sul concentra praticamente a metade de todos os convênios celebrados com a União, a Região Norte ainda apresenta um déficit deste instrumento de financiamento.

<p>Silva, D., Silvestre, H., & Embalo, A</p> <p>A cooperacao intermunicipal no Brasil: O caso dos consorcios de residuos sólidos</p> <p>Revista De Administração Pública (Rio De Janeiro)</p>	2020	<p>Descrever a relação entre a utilização dos consórcios com os custos da cooperação pública e de seu financiamento por parte dos municípios.</p>	<p>Pesquisa de casos múltiplos (Cigres, Cirsures e Ecotre) - setor dos resíduos sólidos, 2013 e 2017. Análise de congruência com dados do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo e IBGE.</p>	<p>Consórcios que prestam serviços e têm áreas de menor dimensão são os que melhor potencializam a diminuição dos custos. A cooperação entre governos locais leva ao melhor aproveitamento das economias de escala, o que implica em menores custos.</p>
<p>Tachizawa, T., Onofre, S., Picchiai, D., & Oliveira, L</p> <p>Gestão De Recursos Hídricos Em Cenário De Consórcio Intermunicipal: Efeitos Nas Microempresas</p> <p>Ciências Sociais Em Perspectiva Ciências Sociais Em Perspectiva</p>	2020	<p>Desenvolver indicadores socioambientais para monitoramento das ações do Consórcio Intermunicipal do Vale do Ribeira, no contexto dos recursos hídricos, como dos insumos produtivos das MPEs.</p>	<p>grounded theory: dados primários (questionário) e dados secundários (CODIVAR, DAEE, Prefeitura de Registro e Associação Comercial e Industrial de Registro (ACIAR)).</p>	<p>Discussão e contribuições sobre práticas hídrico ambientais, central de serviços compartilhados, métricas de monitoramento do processo de gestão, políticas públicas, Balanço de Sustentabilidade Hídrica. Proposta de tipologia de organizações fator hídrico e socioambiental.</p>
<p>Grin, E., & Abrucio, F.</p> <p>Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: Arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais</p> <p>Revista Do Serviço Público</p>	2018	<p>Discutir como o federalismo brasileiro se organizou entre 1997 e 2014 para promover as capacidades estatais nos municípios por meio de arenas territoriais, sistemas de políticas públicas e programas.</p>	<p>Ensaio teórico</p>	<p>Proposta de três rotas federativas para promover capacidades estatais municipais: (1) dimensão territorial: Comitê de Articulação Federativa; (2) dimensão de políticas públicas: Sistema Único da Assistência Social; (3) dimensão programas: Programa de Modernização das Administrações Tributárias. Os efeitos gerados pelos diferentes arranjos de cooperação federativa são pequenos quando comparados com as carências nas gestões municipais; no entanto, as iniciativas federais para apoiar a promoção de capacidades estatais são relativamente recentes.</p>
<p>Leal, E., Silva, F., Oliveira, S., Pacheco, H., Santos, F., & Gurgel Júnior, G.</p> <p>Razões para a expansão de consórcios intermunicipais de saúde em Pernambuco: Percepção dos gestores estaduais</p> <p>Saúde E Sociedade</p>	2019	<p>Analisar as razões para a expansão dos consórcios intermunicipais de saúde conduzida pela autoridade sanitária estadual como um fenômeno político institucional novo na regionalização da saúde no SUS em Pernambuco.</p>	<p>Estudo de caso único retrospectivo de caráter analítico com abordagem qualitativa. Técnica de método de condensação de significados (Kvale). Análise: Teoria das Representações Sociais.</p>	<p>Razões para expansão: fortalecimento da regionalização dos serviços de saúde; ampliação de oferta e cogestão de serviços de saúde; absorção de experiências exitosas e necessidade da indução estadual das políticas regionais de saúde. Consórcios como possibilidade positiva na percepção dos gestores estaduais na regionalização de ações de saúde no estado. Desafio: fortalecer os incentivos à parceria e ao entrelaçamento, com maior participação e capacidade de negociação aos estados e municípios.</p>
<p>Almeida, F., & Silva, A.</p> <p>Um Modelo Conceitual de Gestão da Informação em Rede de Cooperação de Consórcio Público</p>	2019	<p>Estruturar um modelo conceitual e operacional de investigação empírica para estudo da relação entre redes organizacionais de cooperação de</p>	<p>Survey. Uso de ferramentas de conformidade estatística para referendar a operacionalidade do modelo</p>	<p>Validação de um modelo de investigação fundamentado no método quadripolar : sistema de gestão da informação em rede de cooperação de consórcio público intermunicipal.</p>

Intermunicipal: Ferramentas de conformidade estatística e validação. Prisma.com		Consórcios Públicos e desempenho do sistema de gestão da informação e inovação em rede de cooperação de Consórcio Público Intermunicipal.		
Mendes, W., Mendes, W., Magalhães, F., & Horsth, T. Consórcios Intermunicipais De Saúde: Uma Reflexão Sobre A Dicotomia Entre Administração Pública E Privada Nucleus (São Paulo, Brazil)	2019	Fazer uma reflexão sobre a dicotomia entre administração pública e administração privada, buscando compreender o contexto da administração dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS), considerando ainda, as possíveis consequências da gestão inadequada desse tipo de arranjo.	Ensaio teórico	CIS como instrumento que combate a precariedade do acesso ao atendimento da população que busca por tratamento de saúde mais rápido e de mais qualidade. Apesar dos benefícios, há muitos desafios devido a complexidade dos problemas.

Fonte: elaborado pelos autores

Complementando as análises anteriormente apresentadas, nota-se que na literatura nacional destaque se faz aos estudos qualitativos dos tipos ensaio teórico (Mendes, Mendes, Magalhães & Horsth, 2019; Grin & Abrucio, 2018), documental (Lui, Schabbach & Dalla Nora, 2020; Lui & Schabbach, 2020; Ventura & Suquizaqui, 2020) e estudo de caso (Silva, Silvestre & Embalo, 2020; Leal et. al., 2019).

No que tange aos tipos de análises tem-se estudos do fenômeno/atuação (Lui, Schabbach & Dalla Nora, 2020; Lui & Schabbach, 2020; Grin & Abrucio, 2018), análise de indicadores (Tachizawa, Onofre, Picchiai & Oliveira, 2020) e apresentação de modelos de análise (Almeida & Silva, 2019).

Com base no contexto de análise os estudos abordam regionalização da saúde (Lui, Schabbach & Dalla Nora, 2020; Leal et. al., 2019; Mendes, Mendes, Magalhães & Horsth, 2019), política de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) (Ventura & Suquizaqui, 2020; Silva, Silvestre & Embalo, 2020; Fernandes, Pinheiro, Nascimento & Grin, 2020) e lei de Consórcios (Lei nº 11.107/2005).

Em relação ao arcabouço teórico há destaque para a abordagem de redes (Mendes, Mendes, Magalhães & Horsth, 2019; Almeida & Silva, 2019), considerando o consórcio intermunicipal como um arranjo de cooperação em rede em que se faz presente uma heterogeneidade de atores em busca de redução de custos. O papel do Estado, nesse âmbito, torna-se um aspecto importante de análise (Leal et. al., 2019; Grin & Abrucio, 2018), com foco na capacidade estatal quanto a gestão da cooperação territorial, das políticas públicas e dos programas existentes.

Considerando a base de dados da Web of Science e a distribuição dos artigos por ano nota-se que maior concentração de artigos em períodos recentes: 2011 (2), 2012 (2), 2013 (0), 2014 (5), 2015 (5), 2016 (13), 2017 (11), 2018 (21), 2019 (13), 2020 (20) e 2021 (17).

Com relação aos autores e escolas com maior número de publicações tem destaque Germá Bel da Universidade de Barcelona, com 4 publicações, Christian Bergholz e Ivo Bischoff da Universidade de Kassel, com 3 publicações, Karlsen Tor-Ivar, Dag Olaf

Torjesen e Bjonulf Amtsen da Universidade de Agner, também com 3 publicações, e Mildred E. Warner da Universidade de Cornell, também com 3 publicações.

Com relação as revistas destaque se faz a revista *Local Government Studies*, com 15 publicações, na sequência, *Lex Localis-journal of Local Self-Government*, com 5 publicações, *Public Management Review* e *Regional Studies*, com 4 publicações cada e, por fim, *BMC Health Services Research* e *Urban Affairs Review*, ambas com 3 publicações cada.

Na sequência, considerando a equação *Inordinatio* e a apresentação dos 10 artigos com maior índice na Web of Science, nota-se que o valor do índice variou de 113 a 350 conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Equação *Inordinatio* na Web of Science (Destaque)

Ranking	Autores	Artigo	Journal	Ano	InOrdinatio
1	Bel, G & Warner, ME	Inter-municipal cooperation and costs: expectations and evidence	Public Administration	2015	350,00
2	Bel, G & Warner, ME	Factors explaining inter-municipal cooperation in service delivery: a meta-regression analysis	Journal Of Economic Policy Reform	2016	236,00
3	Allers, MA & de Greef, JA	Intermunicipal cooperation, public spending and service levels	Local Government Studies	2018	155,00
4	Bel, G. & Sebo, M	Does Inter-Municipal Cooperation Really Reduce Delivery Costs? An Empirical Evaluation of the Role of Scale Economies, Transaction Costs, and Governance Arrangements	Urban Affairs Review	2021	147,00
5	Tavares, AF & Feiock, RC	Applying an Institutional Collective Action Framework to Investigate Intermunicipal Cooperation in Europe	Perspectives On Public Management And Governance	2018	128,00
6	Frere, Q., Leprince, M. & Paty, S.	The Impact of Intermunicipal Cooperation on Local Public Spending	Urban Studies	2014	120,00
7	Blaeschke, F. & Haug, P	Does intermunicipal cooperation increase efficiency? A conditional metafrontier approach for the Hessian wastewater sector	Local Government Studies	2018	118,00
8	Silvestre, HC, Marques, R C & Gomes, R C	Joined-up Government of utilities: a meta-review on a public-public partnership and inter-municipal cooperation in the water and wastewater industries	Public Management Review	2018	117,01
9	Warner, ME, Aldag, AM & Kim, Y	Privatization and intermunicipal cooperation in US local government services: balancing fiscal stress, need and political interests	Public Management Review	2021	114,01
10	Niaounakis, T. & Blank, J	Inter-municipal cooperation, economies of scale and cost efficiency: an application of stochastic frontier analysis to Dutch municipal tax departments	Local Government Studies	2017	113,00

Fonte: elaborado pelos autores

No que tange a essa base de dados nota-se maior distribuição dos principais artigos em relação ao ano de publicação. Com relação ao tipo de análise, percebe-se foco maior nos resultados provenientes de cooperações via consórcio intermunicipal, assim como uso de diferentes abordagens para análise do fenômeno.

Com vista a aprofundar a análise dos 10 artigos com maior índice, segue no Quadro 4 a descrição de cada um com base em autor, título, revista, ano, objetivo, metodologia e contribuição.

Quadro 4 – Apresentação dos artigos da Web of Science (Destaque)

Autor/Artigo/Revista	Ano	Objetivo	Metodologia	Contribuição
Bel, G. & Warner, ME Inter-Municipal Cooperation And Costs: Expectations And Evidence Public Administration	2015	Justificar a existência de resultados empíricos divergentes sobre cooperação intermunicipal e custos (comparativo EUA e Europa)	Revisão: foco em artigos análise empírica multivariada sobre o tema	Economia depende da estrutura de custos dos serviços públicos, da estrutura de governo e da estrutura de governança no nível local/regional. Estudos europeus dão mais ênfase nos resultados econômicos (redução de custos), enquanto os americanos se concentram nas motivações, objetivos e limitações.
Bel, G & Warner, ME Factors Explaining Inter-Municipal Cooperation In Service Delivery: A Meta-Regression Analysis Journal Of Economic Policy Reform	2016	Realizar análise de meta-regressão com base na literatura empírica multivariada existente sobre o tema para explorar os fatores que explicam divergências nos resultados dos estudos empíricos existentes.	Revisão: foco em artigos análise empírica multivariada sobre o tema (meta-regressão)	Amplia o olhar para consideração de outros fatores para compreensão e estudos de cooperações intermunicipais com enfoque em aspectos espaciais e organizacionais nos custos de transação, como estrutura de governança. Não é clara a relação entre cooperação e ganho de eficiência. Destaca a importância da gestão profissional no gerenciamento de custos de transação, assim como a proximidade espacial como aspecto facilitador.
Allers, MA & de Greef, JA Intermunicipal Cooperation, Public Spending And Service Levels Local Government Studies	2018	Estudar os efeitos do IMC nos níveis de despesas dos municípios holandeses em 2005–2013.	Caso Holanda: dados em painel 2005 a 2013	Não há relação direta: IMC x redução de gastos e eficiência. Também: IMC x Melhoria do serviço público.
Bel, G & Sebo, M Does Inter-Municipal Cooperation Really Reduce Delivery Costs? An Empirical Evaluation Of The Role Of Scale Economies, Transaction Costs, And Governance Arrangements Urban Affairs Review	2021	Testar hipóteses de custos de transação, economias de escala e governança em IMC. Explicar o relacionamento entre cooperação e custos de prestação do serviço com base nessas variáveis.	Revisão: foco em artigos análise empírica multivariada sobre o tema (meta-regressão)	Não há indicação clara do papel dos custos de transação no relacionamento; por outro lado há evidências de que o tamanho da população e a governança são importantes para explicação da relação.
Tavares, AF & Feiock, RC Applying An Institutional Collective Action Framework To Investigate Intermunicipal Cooperation In Europe Perspectives On Public Management And Governance	2018	Oferecer compreensão teórica dos fatores que afetam a escolha de diferentes instrumentos de política para mitigar dilemas os dilemas da Ação Coletiva Institucional (ICA) em cooperações intermunicipais na Europa.	Ensaio teórico (exemplos)	Proposição de fatores que ajudam a explicar a adoção de instrumentos políticos para governança local que adaptados, podem ser utilizados para mensurar o fenômeno (estrutura constitucional-legal, instituições políticas legais, conflito de objetivos, governança, homogeneidade/heterogeneidade de preferências).

Frere, Q., Leprince, M. & Paty, S The Impact Of Intermunicipal Cooperation On Local Public Spending Urban Studies	2014	Avaliar os efeitos da cooperação fiscal intermunicipal nos gastos públicos municipais, com base na experiência francesa.	Dados em painel e econometria espacial para municípios no período de 1994–2003	Cooperação intermunicipal não tem impacto significativo no nível municipal de gasto público, o que sugere que a cooperação não atinge seu objetivo de reduzir os gastos municipais com a repartição das responsabilidades locais. Não há gasto intermunicipal entre municípios pertencentes a uma mesma comunidade intermunicipal.
Blaeschke, F & Haug, P Does Intermunicipal Cooperation Increase Efficiency? A Conditional Metafrontier Approach For The Hessian Wastewater Sector Local Government Studies	2018	Analisar a relação entre a cooperação intermunicipal e eficiência da prestação de serviços públicos (eliminação de águas residuais para os municípios alemães).	Análise condicional em conjunto com uma abordagem de meta-fronteira para calcular medidas de eficiência relativa e taxas de lacuna de tecnologia controlando para arranjos organizacionais e outras variáveis ambientais. Free Disposal Hull (FDH) - não-paramétrica.	Auto-provedores tendem a trabalhar um pouco mais ambiente de produção favorável do que aqueles que transferem a tarefa para um associação de propósito único. Presumivelmente, a ação cooperativa seria mais eficiente (fronteira de grupo mais próxima da meta-fronteira) se as associações de propósito único fossem mais verticalmente integradas.
Silvestre, HC, Marques, RC & Gomes, RC Joined-Up Government Of Utilities: A Meta-Review On A Public-Public Partnership And Inter-Municipal Cooperation In The Water And Wastewater Industries Public Management Review	2018	Agregar e analisar se parcerias P-P e cooperações intermunicipais são eficazes alternativas de entrega que proporcionam economia de custos e ganhos de eficiência para a água e indústrias de águas residuais.	Análise de meta-revisão (revisão sistemática)	Cooperação intermunicipal e parcerias público-públicas como alternativa eficiente e econômica para a prestação de serviços públicos, especialmente quando a privatização não é uma opção e quando o envolvimento de órgãos públicos pode ser uma ferramenta eficaz para superar as problemas.
Warner, ME, Aldag, AM & Kim, Y Privatization And Intermunicipal Cooperation In Us Local Government Services: Balancing Fiscal Stress, Need And Political Interests Public Management Review	2021	Implementar pesquisa nacional em 2017 sobre o uso de privatização e cooperação na prestação de serviços.	Regressão da privatização e cooperação em função do estresse fiscal, capacidade, necessidade, características do lugar, interesses políticos e fatores gerenciais.	A cooperação é mais sensível ao estresse fiscal e necessidade da comunidade, sendo menor em municípios sindicalizados. Tanto a privatização quanto a cooperação exigem capacidade gerencial. Como os gestores procuram equilibrar as necessidades da comunidade com estresse fiscal e interesses políticos, a cooperação parece ser a alternativa preferida.

<p>Niaounakis, T & Blank, J</p> <p>Inter-Municipal Cooperation, Economies Of Scale And Cost Efficiency: An Application Of Stochastic Frontier Analysis To Dutch Municipal Tax Departments</p> <p>Local Government Studies</p>	<p>2017</p>	<p>Analisar a relação entre cooperação intermunicipal e eficiência de custos no departamento de impostos municipais holandeses entre 2005 e 2012.</p>	<p>Dados em painel 2005 a 2012 (dados sobre o custo administrativo de tributação e arrecadação e dados detalhados sobre a produção).</p>	<p>Cooperação municipal pode contribuir para a redução de custos (principalmente em municípios menores) e a relação pode ser explicada por escala. Municípios ou cooperações com cerca de 10.000 habitantes são estimados em até 30% ineficientes. Com 60.000 habitantes, os benefícios de escala se esgotam.</p>
---	-------------	---	--	---

Fonte: elaborado pelos autores

Diferente da literatura nacional, nota-se que na literatura internacional há destaque para os estudos quantitativos: análise multivariada (meta-regressão) (Bel & Warner, 2015, 2016; Bel & Sebo, 2021) e dados em painel (Allers & De Greef, 2018; Niaounakis & Blank, 2017; Frere, Leprince & Paty, 2014).

Com relação a abordagem, observa-se a preocupação com a análise de relação com foco em: eficiência (Blaeschke & Haug, 2018; Silvestre, Marques & Gomes, 2018; Allers & De Greef, 2018; Niaounakis & Blank, 2017), gastos (Bel & Warner, 2015, 2016; Bel & Sebo, 2021; Frere, Leprince & Paty, 2014) e aspectos gerenciais – governança (Warner, Aldag & Kim, 2021; Bel & Sebo, 2021; Tavares & Feiock, 2018; Bel & Warner, 2015, 2016).

Bel e Sebo (2021) apontam para uma dicotomia de análise sobre consórcios intermunicipais nos Estados Unidos e na Europa, de modo que neste primeiro ainda há debates sobre a regionalização no que diz respeito a motivações, objetivos e limitações, enquanto que na Europa a regionalização se faz mais presença, logo os debates se concentram mais em dados econômicos.

Em termos de framework de análise destaca a Ação Coletiva Institucional (ACI), considerando a cooperação como ação coletiva, com múltiplos atores e problemas políticos regionais (Tabi & Verdon, 2014); também a compreensão de dilemas comportamentais ligados à ação coletiva, com enfoque na governança de recursos comuns (Capelari, 2017). Nota-se, nesse contexto, o estudo de fatores que afetam a tomada de decisão para cooperação na prestação de serviços públicos (Fernandes, Pinheiro, Nascimento & Grin, 2020) dada a semelhança das necessidades.

Por fim, como agenda de pesquisa futura sobre o tema, tem-se:

- Estudos longitudinais; expansão da análise para outros tipos de serviços (foco resíduos sólidos) (Fernandes, Pinheiro, Nascimento & Grin, 2020)
- Estudos que enfatizem a forma como os consórcios públicos se relacionam com outras instâncias de gestão e controle social na área de saúde, bem como com outras esferas de governo (Lizandro, Schabbach & Dalla Nora, 2020)
- Operação dos canais de participação e controle social em consórcios públicos, especialmente os de saúde; organização dos consórcios intermunicipais em termos de burocracias; detalhar o conteúdo dos convênios celebrados entre os consórcios intermunicipais e a União ou os governos estaduais; exame do processo de implementação das políticas públicas e das ações financiadas pelos recursos correspondentes (Lui & Schabbach, 2020).

- Estudos sobre os efeitos dos arranjos consorciados nos custos de prestação dos serviços públicos; razões para a evolução dos custos; estudo sobre a cooperação intermunicipal em outros setores (foco resíduos sólidos) com vista a compreender similaridades e especificidades (Silva, Silvestre & Embalo, 2020).
- Gestão compartilhada de recursos hídricos em outras regiões do país; implementação de arranjo produtivo da cadeia econômica de frutas do Vale do Ribeira; consórcios intermunicipais em outras regiões; benchmarking comparando indicadores de gestão do CODIVAR com aqueles apurados na gestão de outros consórcios intermunicipais; pesquisas adicionais sobre fator hídrico-ambiental, balanço de sustentabilidade hídrica, demonstrativos socioambientais e compartilhamento de serviços (ambientais e de infraestrutura). Ampliar a atuação da Central de Serviços Compartilhados; pesquisar novos arranjos produtivos (Tachizawa, Onofre, Picchiali & Oliveira, 2020).
- Análise de desempenho em cooperações federativas, a depender da institucionalidade; análise de coordenação de arranjos distintos – territorial, políticas públicas e programas (Grin & Abrucio, 2018).
- Realizar mais estudos sobre a operacionalização de consórcios intermunicipais em outros estados da federação; trabalhos mais complexos no Brasil e em Pernambuco que permitam avaliar ou refutar a existência de um viés decorrente da homogeneidade situacional dos sujeitos; identificar como o agravamento da crise fiscal e econômica dos municípios influenciou ou pôde influenciar os consórcios nestes contextos (Leal et. al., 2019).
- Analisar empiricamente as relações entre os CIS e sua capacidade de prestar serviços de saúde, analisando como a administração pública tem realizado a sua gestão, bem como o uso de ferramentas gerenciais, tomadas dos modelos privados, afetam estes serviços (Mendes, Mendes, Magalhães & Horstch et. al, 2019).
- Estudos sobre o impacto da cooperação nos custos, com enfoque comparativo: diferentes setores (Europa destaque resíduos sólidos), ampliação de nível de análise (estadual); estudos que abordem a questão de formalidade x informalidade, bem como órgãos multigovernamentais x governos separados; existência de mais artigos empíricos sobre o tema (meta-regressão) (Bel & Warner, 2015).
- Ampliação do olhar dos estudos para aspectos espaciais e organizacionais (não apenas econômicos) (Bel & Warner, 2016).
- Ampliação do estudo a outras configurações institucionais (foco Holanda) (Allers & Greef, 2018).
- Mais pesquisas empíricas sobre custos de transação e IMC são necessárias (Bel & Sebo, 2021).
- Converter as proposições sugeridas em hipóteses testáveis sobre os fatores que contribuem para a adoção de instrumentos específicos do ICA; realizar estudos comparativos; resultados de desempenho dos próprios instrumentos de política e como incentivos, aplicação de terceiros, o capital social e a integração da rede podem melhorar o desempenho dos mecanismos para mitigar os dilemas da ICA (Tavares & Feiock, 2018).
- Ampliação do debate em curso sobre a reorganização das jurisdições subnacionais; promover a ideia de que a cooperação através da criação de

um novo nível de local governo (ou seja, a comunidade intermunicipal) pode reduzir spillovers de gastos entre governos locais cooperantes. Ampliar pesquisas considerando outras categorias de gastos públicos (Frere, Leprince & Paty, 2014).

- Mais pesquisas sobre desempenho de IMC; efeitos da integração horizontal e vertical de arranjos intermunicipais; compreender como o arranjo organizacional afeta o grau de eficiência da produção de serviços públicos locais; se os principais resultados se aplicam a outras regiões ou países e se são válidos para outros tipos de serviços municipais (Blaeschke & Haug, 2018).
- Aprofundamento dos estudos (serviços de qualidade, desenvolvimento regional e eficiência ganhos); discussão sobre outros arranjos (foco: águas residuais) (Silvestre, Marques & Gomes, 2018).
- Estudos sobre sindicalização x cooperação; redução de custos de transação em cooperações (Warner, Aldag & Kim, 2021).
- Outras pesquisas sobre a relação entre cooperação intermunicipal, escala e eficiência de custos em outros serviços (Niaounakis & Blank, 2017).

Nota-se, assim, no Brasil, destaque para os estudos de consórcios intermunicipais de saúde e de resíduos sólidos, assim como a predominância de pesquisas qualitativas e a abordagem de redes, por meio da análise de casos. Na literatura internacional, por sua vez, há maior realce de estudos quantitativos com olhar para a análise de resultados econômicos em bases de dados e a abordagem de Ação Coletiva Institucional (ACI).

Apesar da existência de certas divergências entre a literatura nacional e internacional nos estudos sobre consórcios intermunicipais, semelhanças são percebidas quanto a relevância das pesquisas sobre o tema no que tange a melhoria da gestão dos entes federados e coordenação federativa em geral, assim como para o estabelecimento de agendas políticas e de pesquisa.

CONCLUSÃO

Com vista a instigar debates teóricos e apresentar uma agenda de pesquisas futuras sobre o tema consórcios intermunicipais, o presente estudo fez uso de uma Revisão Sistemática Integrativa (RSI) com a aplicação do Método *InOrdinatio*.

No geral, nota-se que nos últimos 10 anos, tanto na literatura nacional, quanto internacional, o tema esteve presente, com uma maior orientação de crescimento no exterior. O valor do índice *Inordinatio* também é maior na literatura internacional (113-350) em relação à nacional (80-100), indicando a relevância desta primeira para os estudos que englobam o tema. O cálculo do índice considera fator de impacto da revista, ano de publicação da pesquisa e número de citações; ou seja, quanto maior o índice, mais impacto tem a revista, mais recente são as publicações e possui maior número de citações.

Outro aspecto que se destaca é a predominância de estudos qualitativos em âmbito nacional *versus* a predominância de estudos quantitativos na literatura internacional, o que pode apontar a carência de bases de dados consistentes no contexto nacional.

Por fim, um último ponto que merece atenção é o fato de que no Brasil, até mesmo pela predominância de estudos qualitativos, ainda se procura analisar as motivações, os objetivos e os desafios na prática dos consórcios intermunicipais, o que, no exterior, se caminha para uma análise mais focada em resultados e impactos econômicos.

Como sugestões de pesquisas futuras propõe-se: (1) estudos comparativos entre consórcios intermunicipais: nacionais *versus* nacionais, internacionais *versus* internacionais e nacionais *versus* internacionais; (2) estudos que aprofundem a análise de resultados não econômicos em consórcios intermunicipais; (3) estudo do tema relacionado a outras abordagens teóricas e; (4) análises longitudinais e pesquisas de inspiração antropológica.

Apesar de o presente trabalho apresentar limitações, especialmente no que tange a restrição do período analisado e das bases de dados consideradas, procurou trazer ao leitor um panorama do que se tem estudado sobre consórcios intermunicipais nos últimos anos, bem como contribuir para o levantamento de *gaps* de pesquisa que podem servir de base para a realização de estudos futuros sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allers, M. A., & De Greef, J. A. (2018). Intermunicipal cooperation, public spending and service levels. **Local Government Studies**, 44(1), 127-150.

Bel, G., & Warner, M. E. (2015). Inter-municipal cooperation and costs: Expectations and evidence. **Public Administration**, 93(1), 52-67.

Bel, G., & Warner, M. E. (2016). Factors explaining inter-municipal cooperation in service delivery: a meta-regression analysis. **Journal of Economic Policy Reform**, 19(2), 91-115.

Bel, G. & Sebó, M. (2021). Does inter-municipal cooperation really reduce delivery costs? An empirical evaluation of the role of scale economies, transaction costs, and governance arrangements. **Urban Affairs Review**, v. 57, n. 1, p. 153-188.

Blaeschke, F. & Haug, P. (2018). Does intermunicipal cooperation increase efficiency? A conditional metafrontier approach for the Hessian wastewater sector. **Local Government Studies**, v. 44, n. 1, p. 151-171.

Borba, E. L., & Oliveira, D. R. de. (2020) Os consórcios intermunicipais: entre barreiras e potencialidades. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 135-154.

Brasil. Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. (2007). Estabelece sobre as normas para a execução da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

Capelari, M. G. M. (2017). Instituições para a Governança: o papel das regras formais e informais para o controle do desmatamento em reservas extrativistas da Amazônia (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Chadegani, A. A., Salehi, H., Yunus, M. M., Farhadi, H., Fooladi, M., Farhadi, M., & Ebrahim, N. (2013). A comparison between two main academic literature collections: Web of Science and Scopus databases. **Asian social science**, v. 9, n. 5, p. 18-26.

De-La-Torre-Ugarte, M. C., Takahashi, R. F., & Bertolozzi, M. R. (2011). Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260-1266.

Fernandes, A., Pinheiro, L., Nascimento, A., & Grin, E. (2020). Uma análise dos consórcios intermunicipais para serviços de tratamento de resíduos sólidos a partir da ação coletiva institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 501-523.

Frère, Q., Leprince, M. & Paty, S. (2014). The impact of intermunicipal cooperation on local public spending. **Urban Studies**, v. 51, n. 8, p. 1741-1760.

Grin, E. J., & Abrucio, F. L. (2018). Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. **Revista do Serviço Público**, v. 69, p. 85-122.

Leal, E., Silva, F., Oliveira, S., Pacheco, H., Santos, F., & Gurgel Júnior, G. (2019). Razões para a expansão de consórcios intermunicipais de saúde em Pernambuco: percepção dos gestores estaduais. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 128-142.

Linhares, P. de T. F. S., Messenberg, R. P., & Ferreira, A. P. L. (2017). Transformações na Federação Brasileira: o consórcio intermunicipal no Brasil do início do século XXI. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 12. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8102>. Acesso em: 11 jan. 2021.

Lui, L., & Schabbach, L. M. (2020). Cooperação intergovernamental e consórcios públicos: uma análise da celebração de convênios. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 1, p. 13-25.

Lui, L., Schabbach, L. M., & Nora, C. R. D. (2020). Regionalização da saúde e cooperação federativa no Brasil: o papel dos consórcios intermunicipais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 5065-5074.

Mendes, W. A., Mendes, W. A., Magalhães, F. G. G. P., & Horstch, T. A. (2019). Consórcios Intermunicipais De Saúde: Uma Reflexão Sobre A Dicotomia Entre Administração Pública E Privada. **Nucleus** (São Paulo, Brazil) 16.1: 195-204.

Niaounakis, T. & Blank, J. (2017). Inter-municipal cooperation, economies of scale and cost efficiency: an application of stochastic frontier analysis to Dutch municipal tax departments. **Local Government Studies**, v. 43, n. 4, p. 533-554.

Pagani, R. N., Kovaleski, J. L., & De Resende, L. M. M. (2017). Avanços Na Composição Da Methodi Ordinatio Para Revisão Sistemática De literatura. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 2.

Rocha, C. V. (2016). A cooperação federativa e a política de saúde: o caso dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no estado do Paraná. **Cad Metrópole**; 18(36): 377-399.

Silva, D. P., Silvestre, H. C., & Embalo, A. A. (2020). A cooperação intermunicipal no Brasil: o caso dos consórcios de resíduos sólidos. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1239-1259.

Silvestre, H. C., Marques, R. C. & Gomes, R. C. (2018). Joined-up government of utilities: a meta-review on a public–public partnership and inter-municipal cooperation in the water and wastewater industries. **Public Management Review**, v. 20, n. 4, p. 607-631.

Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106.

Tabi, M. T., & Verdon, D. (2014). New public service performance management tools and public water governance: the main lessons drawn from action research conducted in an urban environment. **International Review of Administrative Sciences**, 80(1), 213-235.

Tachizawa, T., Onofre, S., Picchiali, D., & Oliveira, L. (2020). Gestão De Recursos Hídricos Em Cenário De Consórcio Intermunicipal: Efeitos Nas Microempresas. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 19, n. 36, p. 100-127.

Tavares, A. F., & Feiock, R. C. (2018). Applying an institutional collective action framework to investigate intermunicipal cooperation in Europe. **Perspectives on Public Management and Governance**, 1(4), 299-316.

Ventura, K. S., & Suquizaqui, A. B. V. (2020). Aplicação de ferramentas SWOT e 5W2H para análise de consórcios intermunicipais de resíduos sólidos urbanos. **Ambiente construído**, v. 20, p. 333-349.

Warner, M. E., Aldag, A. M. & Kim, Y. (2021). Privatization and intermunicipal cooperation in US local government services: balancing fiscal stress, need and political interests. **Public Management Review**, v. 23, n. 9, p. 1359-1376.